

XXII Congresso Nacional da Juventude Socialista

Moção Setorial

Por uma maior Justiça Social em Portugal

Devemos lutar pela igualdade sempre que as diferenças nos discriminem, e lutar pela diferença sempre que a igualdade nos descaracterize

Boaventura de Sousa Santos

A noção de justiça social está baseada em princípios morais e políticos, fundamentada nas ideias de igualdade e solidariedade. Ou seja, é a busca constante de que uma sociedade justa deve ser constituída com a garantia de direitos básicos como educação, saúde, trabalho, acesso à justiça, entre outros direitos do indivíduo.

Entende-se que o conceito de justiça social está relacionado com desigualdades sociais e as ações voltadas para a resolução desse problema. Deste modo, a justiça social consiste no compromisso do Estado e as instituições não governamentais em produzir mecanismos e políticas, para compensar as desigualdades sociais geradas pelo condição e diferenças sociais dos indivíduos.

Dessa forma, é fundamental criar mecanismos de proteção para amenizar as desigualdades sociais. Segundo John Rawls, nos seus estudos teóricos sobre a temática, o autor estabeleceu três pontos para alcançar um princípio de equidade:

1. garantia das liberdades fundamentais para todos;
2. igualdade de oportunidades;
3. manutenção de desigualdades apenas para favorecer os mais desfavorecidos.

Assim a conceção da ideia de justiça social tem como um dos seus principais objetivos promover o crescimento de um país para além das questões económicas, não é só os números do PIB que importa, o que importa são as pessoas, porque sem pessoas não há PIB, nem país.

Por esta lógica, entende-se que a justiça social é um mecanismo que busca fornecer o que cada cidadão tem por direito: assegurar as liberdades políticas e os direitos básicos, oferecer transparência na esfera pública e privada e o nivelamento das oportunidades sociais. A centralidade da justiça social está ligada à ideia de empoderamento social. A materialização de mecanismos, que estabeleçam formas de compensação para as pessoas em desvantagem social, económica e política tem sido fundamental. O Estado e as organizações da sociedade civil têm vindo a desenvolver políticas públicas que possam fornecer políticas de compensação, capazes de melhorar a vida de pessoas socialmente vulneráveis.

Os caminhos para a justiça social passam também pela garantia de igualdade, independentemente da cor de pele, género, orientação sexual ou outras formas de discriminação. Para diminuir essas desigualdades, é fundamental que existam políticas públicas de proteção e de promoção do elevador social de todas as comunidades menos privilegiadas, que se encontram na exclusão e na pobreza, para assegurar-lhes os seus direitos e incentivar a sua participação nos setores públicos e privados da sociedade. Neste momento, estamos no meio de uma crise pandémica, e ainda que Portugal tenha histórico de, nos últimos anos, adotar mecanismos de promoção da justiça social, ainda existem sérias dificuldades para transformar esse princípio numa realidade palpável. Isso porque a pobreza, a discriminação, a misoginia, o preconceito, a violência policial, o racismo, o privilégio branco e a consequente negação dos direitos humanos, continuam a marcar boa parte das relações humanas, perpetuando desigualdades sistémicas e estruturais.

Perguntarão os nossos camaradas. Mas qual é a razão da justiça social ser um princípio tão importante dentro da Juventude Socialista? Porquê, se somos todos iguais? A problemática aparece por não sermos todos iguais numa sociedade assente no poder do capital, e não termos todos as mesmas oportunidades à partida. A justiça social é essencial para a coexistência pacífica e para o desenvolvimento social e económico do país que se quer coeso socialmente. Assim, quando procuramos promover o respeito pela diversidade, estamos a promover uma maior integração social, fundamental para o desenvolvimento e reconhecimento da plenitude dos direitos destes corpos que historicamente foram marginalizados, violentados, discriminados, desumanizados e que ainda hoje em 2020 sofrem injustamente as consequências que daí advieram deste legado histórico cruel, que continua a perpetuar desigualdades.

A extrema direita não para de crescer em Portugal, devido a um desencanto com a política, por verem a incapacidade dos partidos do poder a combater os flagelos sociais,

como as desigualdades e a corrupção. E nestas horas, mais do que nunca, não basta ficarmos no nosso conforto e dizermos que não somos preconceituosos, sejamos antirracistas, feministas, antifascistas e anti qualquer forma de desumanização, sejamos por uma sociedade livre, plural e diversa, para nós e para o futuro.

Pelos tempos complicados em que vivemos, que se irão agravar com as consequências económicas e sociais devastadoras desta Pandemia, que ninguém esperava, é preciso, camaradas, exercitar os princípios de justiça social todos os dias, visar uma melhor convivência e maior qualidade de vida para todos os portugueses, sistematizar os valores da dignidade da pessoa humana. Ninguém pode ficar para trás, independentemente da sua condição social menos privilegiada.

Nas palavras da filósofa Djamila Ribeiro “quando as pessoas entendem que estamos a lutar por justiça social, por uma maior equidade e representatividade, não há motivo para não sermos feministas, antirracistas e contra qualquer tipo de discriminação, a nossa luta diária é para sermos reconhecidos como sujeitos, impondo a nossa existência, numa sociedade que insiste em nega-la”.

Assim, esta moção propõe ao Congresso Nacional as seguintes propostas:

- A criação de mecanismos e organismos que possam garantir a representatividade social e cultural em todos os setores da sociedade portuguesa;
- Políticas de promoção e de ação afirmativa das minorias no sector público e no sector privado, com a criação de programas de empoderamento;
- Criação de programas para o acesso das mulheres e minorias a cargos de chefia;
- A passagem de campanhas institucionais nos medias sobre os efeitos nefastos de qualquer tipo de preconceito e discriminação na saúde mental das pessoas que sofrem com estes efeitos;
- A estruturação e definição mais exata do currículo de Cidadania e Desenvolvimento, para garantir que todos os alunos têm um percurso igual semelhante nesta área;
- Incluir no currículo escolar história negra e história LGBTQIA+, como o colonialismo e a expansão portuguesa, protegendo a dignidade e a pluralidade dos corpos sub-representados e marginalizados em salas de aula;
- Promover o sucesso e o interesse escolar dentro das camadas mais desfavorecidas, com campanhas nos bairros sociais, criação de outro tipo de cursos profissionais e uma abordagem diferente nos mesmos;

- Criar mecanismos de condenação clara a qualquer tipo de discriminação e implementá-los eficientemente;
- Criar contextos e situações em que as minorias possam expressar-se ao governo para dar-se primazia à sua voz na elaboração das políticas públicas;
- Destinar uma maior fatia dos fundos europeus à promoção do elevador social das minorias e ao apoio ao empreendedorismo;
- Reforçar o combate à imigração ilegal e à exploração de imigrantes;
- Aprovação de legislação na Assembleia da República que proíba, em todas as suas formas, as Terapias de Reorientação Sexual, em todo o território nacional;
- Garantir que toda a população tem acesso a promoções de habitação digna e a preços regulados, aumentando o parque habitacional público, para que ninguém seja marginalizado pela falta de habitação pelas suas más condições;
- Iniciativas públicas, em cooperação com o INE, para construir dados estatísticos importantes e necessários sobre os grupos mais marginalizados — como a prostituição, em relação à comunidade LGBT e aos imigrantes;

Fontes:

<https://www.politize.com.br/justica-social-o-que-e/>

<https://www.publico.pt/2020/11/13/sociedade/noticia/conselho-nacional-educacao-recomenda-recolha-dados-raciais-alunos-combate-racismo-1939164>

https://www.cnedu.pt/content/deliberacoes/recomendacoes/REC_Cidadania_Educacao_Antirracista.pdf

https://ec.europa.eu/portugal/nes/union-of-equality_pt

https://expresso.pt/blogues/bloquet_economia/bloque_economia_a_3a/2019-11-05-Minorias-muito-modernas

<https://www.publico.pt/2017/09/02/sociedade/noticia/quero-a-oportunidade-de-provar-que-posso-fazer-igual-aos-brancos--1783929>

<https://acervo.publico.pt/racismo-a-portuguesa>

<https://www.publico.pt/2017/09/09/sociedade/entrevista/a-presenca-de-negros-na-academia-e-nula-1784760>